

PCR 4004 75

Índios serão despejados dia 18

A situação de um grupo de índios Pareci, da Estação Rondon, próximo a Nova Marilândia pode se agravar no próximo dia 18 quando 200 policiais militares, irão cumprir mandado de reintegração de posse expedido pelo juiz de direito da Comarca de Diamantino João Ferreira Filho em favor de Sebastião Assis. O juiz de Diamantino está cumprindo uma carta precatória da Jus-

tiça Federal, que deu ganho de causa a Sebastião em contra a Funaj e União Federal. O local já foi palco de inúmeros conflitos, inclusive no ano passado o delegado Capetinga e o hoje sub-secretário de Justiça, José Coberlino, foram resolver questão da terra e acabaram presos por algumas horas pelos índios.

Ontem o comandante do CPA II (Comando de Policia-

mento de Área) coronel Léo Gonzaga de Medeiros informou que a polícia já está preparada para cumprir a ordem do juiz, caso não receba uma contra-ordem. A reintegração de posse, conforme Medeiros, foi ordenada pelo juiz João Ferreira Filho para o dia 18 de março deste ano. No ofício ele requiritava forças da PM para em 15 dias fazer cumprir a reintegração, informando ainda na

época que o não cumprimento ou uma justificativa infundada resultaria no mandado de prisão contra o Comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar, major Vanini.

Medeiros disse ontem que na época foi informado da situação e determinou que fosse feito um levantamento da área, para planejar o cumprimento da ordem. Foi detectado que cerca de três mil índios pode-

riam deslocar-se para a área para dar apoio ao grupo de índios que havia invadido a área, levando a um conflito sério.

O major Vanini procurou o juiz João Ferreira e explicou a situação e foi informado da suspensão da Carta Precatória da Justiça Federal por 60 dias, cujo prazo vence no próximo sábado. O coronel Medeiros informou que a Polícia deverá deslocar homens de Cuiabá e

usar todo o efetivo do Batalhão de Rosário Oeste para cumprir o mandado judicial. Mesmo estando já preparados, o coronel Medeiros espera que o impasse seja resolvido pacificamente. "Temos que cumprir o mandado do juiz de Diamantino, que por sua vez têm que cumprir a carta precatória da Justiça Federal, mas mesmo assim esperamos que algo de novo ocorra" finalizou o coronel.